UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

COMISSÃO DE HOMOLOGAÇÃO DE PEDIDOS DE REVALIDAÇÃO DE DIPLOMA DE REFUGIADOS

NÚCLEO DE CONCURSOS/PROGRAD

Edital n° 38/2022 – NC – Prova objetiva – 28/08/2022

INSCRIÇÃO	TURMA	NOME DO CANDIDATO

ASSINO DECLARANDO QUE LI E COMPREENDI AS INSTRUÇÕES ABAIXO:	ORDEM

417 – DIREITO - BACHARELADO

INSTRUÇÕES

1. **Confira, acima, o seu número de inscrição, turma e nome. Assine no local indicado.**
2. Aguarde autorização para abrir o caderno de prova. **Antes de iniciar a prova**, confira a numeração de todas as páginas.
3. A prova desta fase é composta de 30 questões objetivas de múltipla escolha, com 5 alternativas cada uma, sempre na sequência **a**, **b**, **c**, **d**, **e**, das quais somente uma deve ser assinalada.
4. A interpretação das questões é parte do processo de avaliação, não sendo permitidas perguntas aos aplicadores de prova.
5. Ao receber o cartão-resposta, examine-o e verifique se o nome nele impresso corresponde ao seu. Caso haja irregularidade, comunique-a imediatamente ao aplicador de prova.
6. O cartão-resposta deverá ser preenchido com caneta esferográfica preta, tendo-se o cuidado de não ultrapassar o limite do espaço para cada marcação.
7. A duração da prova é de 4 horas. Esse tempo inclui a resolução das questões e a transcrição das respostas para o cartão-resposta.
8. **Terá sua prova anulada e será automaticamente desclassificado** do processo de revalidação de diploma o candidato que:

a) recusar-se a entregar o material de prova ao término do tempo destinado para a sua realização;
b) faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação da prova, autoridades presentes ou outro candidato;
c) praticar atos contra as normas ou a disciplina ou que gerem desconforto durante a aplicação da prova;
d) deixar de cumprir instruções/determinações do aplicador de prova ou inspetor;
e) descumprir as instruções contidas no caderno de prova;
f) for surpreendido em comunicação com outro candidato ou terceiros, verbalmente, por escrito ou por qualquer outro meio de comunicação;
g) utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter para si ou para terceiros a aprovação no processo de revalidação de diploma;
h) não se submeter ao controle de detecção de metal;
i) não permitir a coleta de sua assinatura;
j) ausentar-se do recinto durante a realização da prova sem o acompanhamento de membro da equipe de aplicação do processo de revalidação de diploma;
k) afastar-se da sala durante a realização da prova portando o material de prova;
l) retirar-se da sala de prova antes de decorrida uma hora e trinta minutos do início da prova;
m) retirar-se definitivamente da sala de prova em desacordo com o item 7.18 do edital (os três últimos candidatos de cada turma só poderão se retirar da sala de prova simultaneamente).

9. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao aplicador de prova. Aguarde autorização para entregar o caderno de prova e o cartão-resposta.
10. Após sair definitivamente da sala de prova, dirija-se imediatamente ao portão de saída e retire-se do local de prova, sob pena de ser excluído do processo de revalidação de diploma.
11. Se desejar, anote as respostas no quadro disponível no verso desta folha, recorte na linha indicada e leve-o consigo.

DURAÇÃO DESTA PROVA: 4 horas

✂ . . . . . .

RESPOSTAS					
01 -	06 -	11 -	16 -	21 -	26 -
02 -	07 -	12 -	17 -	22 -	27 -
03 -	08 -	13 -	18 -	23 -	28 -
04 -	09 -	14 -	19 -	24 -	29 -
05 -	10 -	15 -	20 -	25 -	30 -

01 - No âmbito da Teoria da Norma e sua sanção, é correto afirmar que:

►a) normas jurídicas são normas cuja execução da sanção é externa e institucionalizada.
b) normas jurídicas são normas cuja execução da sanção é informal e institucionalizada.
c) a norma jurídica é informal, portanto sua execução é garantida por sanção informal.
d) uma sanção jurídica impõe uma condenação de natureza moral.
e) normas jurídicas são normas cuja execução da sanção é informal e não institucionalizada.

02 - A respeito do Direito Civil Brasileiro, desde suas origens no Direito Romano até a contemporaneidade, assinale a alternativa correta.

a) O conceito de direito civil atual ainda guarda o mesmo sentido que possuía no período romano.
b) A autoridade legislativa da Igreja durante a Idade Média não influenciou o direito civil da época.
c) O direito civil regulamenta os temas relativos à administração pública.
d) O direito civil é marcado pela seletividade e discriminação, considerando as condições sociais individuais em sua atuação e modos de ser e agir.
►e) O direito civil é o ramo do direito privado que se destina a reger relações familiares, patrimoniais e obrigacionais que se formam entre os indivíduos.

03 - As fontes do direito têm papel fundamental para a compreensão do sistema jurídico. Miguel Reale designa as fontes do direito como processos ou meios em virtude dos quais as regras jurídicas se positivam com legítima força obrigatória no contexto de uma estrutura normativa. Sobre a Teoria das Fontes do Direito, assinale a alternativa correta.

a) A doutrina não é considerada fonte do direito.
►b) Os costumes são considerados fontes do direito, por possuírem em sua estrutura um elemento substancial (o uso reiterado no tempo) e um elemento relacional (a convicção de sua obrigatoriedade).
c) A lei, formal e escrita, é fonte do direito, por ter caráter obrigatório e é suficiente para manter a completa harmonia no sistema social.
d) A jurisprudência é considerada fonte do direito em alguns países. Ela se consolida através do exercício da legislação.
e) A equidade é uma fonte de aplicação em âmbito amplo, não dependendo do caso concreto.

04 - Data dos anos setenta a proposta de divisão dos direitos humanos em três gerações, segundo uma perspectiva histórica. Essas gerações são representadas cronologicamente como:

a) direitos individuais, direitos coletivos e direitos de liberdades negativas.
►b) direitos individuais, direitos sociais e direitos coletivos difusos.
c) direitos individuais, direitos econômicos e direitos coletivos.
d) liberdades positivas, liberdades negativas e direitos sociais.
e) direitos sociais, direitos de fraternidade e direitos econômicos.

05 - Depois de mais de duas décadas de ditadura no Brasil, em 1986 foram organizadas eleições para o Congresso Nacional. Os eleitos formaram a Assembleia Constituinte responsável pela elaboração da Constituição de 1988, conhecida como "Constituição Cidadã", por garantir amplos direitos à população brasileira. São direitos sociais, EXCETO:

a) Direito à educação.
b) Direito à previdência social.
c) Direito ao fundo de garantia do tempo de serviço para trabalhadores.
►d) Direito de propriedade.
e) Direito de greve.

06 - A respeito dos Direitos Humanos, identifique como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas:

( ) O núcleo do conceito de Direitos Humanos se encontra no reconhecimento da dignidade da pessoa humana. Essa dignidade se expressa num sistema de valores e exerce uma função orientadora sobre a ordem jurídica.
( ) Direitos Humanos é uma expressão moderna, mas o princípio que invoca é tão antigo quanto a própria humanidade, já que determinados direitos e liberdades são fundamentais para a existência humana.
( ) Os Direitos Humanos surgiram a partir do século XX e devem ser utilizados apenas nos países democráticos.
( ) Os Direitos Humanos são considerados fundamentais, porque sem eles a pessoa não é capaz de se desenvolver e de participar plenamente da vida.
( ) Os Direitos Humanos devem privilegiar apenas a parcela da população mais carente, fato que justifica sua própria existência.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

a) V – V – F – V – V.
b) V – V – V – F – V.
►c) V – V – F – V – F.
d) F – F – V – F – F.
e) F – F – V – V – F.

07 - Os direitos da personalidade podem ser definidos como direitos subjetivos, que têm por objeto os bens e valores essenciais da pessoa em seu aspecto físico, moral e intelectual. O objeto desses direitos é o bem jurídico da personalidade, entendida como a titularidade de direitos e deveres inerentes aos seres humanos.

Acerca dos direitos da personalidade, considere as seguintes afirmativas:

1. **Os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, com exceção dos casos previstos em lei.**
2. **A tutela jurídica dos direitos da personalidade é de natureza penal.**
3. **Toda pessoa tem direito ao nome, que só poderá ser utilizado por outrem com sua autorização.**
4. **A disposição do próprio corpo para depois da morte é válida em qualquer hipótese.**

Assinale a alternativa correta sobre o assunto.

►a) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
b) Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.
c) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
d) Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.
e) As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

08 - Francisco Amaral (2000) define sujeitos de direito como aqueles que compõem o elemento subjetivo das relações jurídicas. Eles são titulares de direitos e deveres e podem ser pessoas naturais ou pessoas jurídicas. Sobre os sujeitos da relação jurídica, é correto afirmar:

a) Para o direito, assim como para a linguagem comum, "pessoa" é somente o ser humano.
b) A pessoa jurídica envolve somente grupos de bens aos quais o direito atribui titularidade jurídica.
c) Durante muito tempo considerou-se pessoa natural somente o ser humano, porém com a difusão dos direitos dos animais estes receberam o mesmo *status*.
d) Enquanto na pessoa jurídica a personalidade jurídica é autônoma e originária por ser inerente a ela, na pessoa física a personalidade é meramente instrumental e derivada.
►e) No âmbito público, o Estado é um modelo de pessoa jurídica distinta dos cidadãos que o compõem e sua existência se deve à necessidade de realização de valores coletivos.

09 - Assinale a alternativa que descreve como a Constituição Federal brasileira de 1988 é considerada:

►a) formal, escrita, analítica, dogmática, promulgada e rígida.
b) formal, escrita, sintética, histórica, outorgada e flexível.
c) material, não escrita, analítica, dogmática, promulgada e flexível.
d) material, escrita, analítica, histórica, outorgada e flexível.
e) formal, não escrita, sintética, histórica, outorgada e rígida.

10 - Considerando a distinção entre regras e princípios realizadas por Dworkin, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Regras têm estrutura imperativa e ajudam a determinar o resultado jurídico de um caso concreto.
b) Princípios são medidos de forma diferente das regras, pois aqueles apresentam peso hermenêutico, enquanto estas têm validade normativa.
►c) Regras são normas de caráter geral e extenso que representam valores morais.
d) Princípios carregam valores ideais que devem ser promovidos.
e) Um conflito de regras só pode ser resolvido com a declaração de invalidade de uma das regras conflitantes, enquanto que em um conflito de princípios ambos podem permanecer válidos.

11 - A Constituição Federal, em seu artigo 18, define que a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Sobre essa organização político-administrativa, identifique como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas:

( ) Brasília é a capital federal, onde se encontra a sede dos poderes federais.
( ) Embora os Estados sejam autônomos, a Constituição define que os Municípios não são.
( ) A União poderá intervir nos Estados e Distrito Federal para manter a integridade nacional, em casos especiais.
( ) A concessão de anistia, a questão da nacionalidade e a legislação sobre migrantes são competências da União.
( ) Cada Estado federado rege-se pelas constituições e leis que adotarem e estas prevalecem sobre a Constituição Federal em casos de conflito.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

a) V – V – V – F – F
►b) V – F – V – V – F.
c) V – F – F – V – V.
d) F – V – V – V – V.
e) V – V – F – F – V.

12 - O conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um funcionário, com as características de criação por lei, denominação própria, número certo e pagamento pelos cofres do Estado, denomina-se:

a) função cartorária.
►b) cargo público.
c) cargo em comissão.
d) serviço público.
e) cessão administrativa.

13 - O crescimento do número de migrantes no Brasil ocorre em razão dos seguintes fatores, EXCETO:

a) busca por melhores condições de vida por parte dos migrantes.
b) caos social ou conflitos nos países de origem.
►c) excessiva propaganda migratória brasileira no exterior.
d) estabilidade econômica do Brasil a partir dos anos 2000.
e) aumento das restrições a imigrantes na Europa e EUA.

14 - O Brasil tem mais de 2000 refugiados sírios, além de um grande número de sírios que têm pedido de refúgio e aguardam o resultado por parte do CONARE, do Ministério da Justiça. A respeito do assunto, assinale a alternativa correta.

a) O pedido de refúgio não garante nenhum direito à pessoa que fez o pedido.
b) O pedido de refúgio só pode ser feito no Ministério da Justiça, em Brasília.
c) O documento que comprova a solicitação de refúgio não vale como documento de identificação no Brasil.
►d) O refúgio é regulamentado por lei específica no Brasil, além das disposições dos tratados que o Brasil ratificou.
e) O Brasil não possui legislação específica sobre refúgio.

15 - Thomas, nacional dos Estados Unidos, deseja passar as férias com a esposa Mary, canadense, no Brasil. Para tanto, o casal obteve visto de turista, na forma da legislação brasileira aplicável. A respeito da entrada e estada do casal no Brasil, assinale a alternativa correta.

a) Caso desejem fixar residência no Brasil, Thomas e Mary poderão usar o mesmo visto solicitado para as férias.
b) Caso ultrapassem o prazo de estada no Brasil previsto em seus vistos, Thomas e Mary poderão ser presos e ter seus passaportes retidos.
c) Thomas e Mary poderão solicitar ao Ministério da Justiça a prorrogação de sua estada no Brasil por até 1 ano.
►d) Os vistos concedidos a Thomas e a Mary configuram mera expectativa de direito, podendo sua entrada ser obstada no território nacional.
e) Thomas e Mary poderão ser expulsos do Brasil, ainda que tenham filhos brasileiros.

16 - Sobre as categorias de estrangeiro, assinale a alternativa correta.

a) Apátrida é estrangeiro que não possui visto de entrada no país.
b) Deslocada interna é a pessoa que precisa ir a um país estrangeiro por motivo de conflito armado no seu país.
c) Asilada é a pessoa que está fazendo uma viagem de estudos no estrangeiro.
d) Migrante é a pessoa que não pode sair de seu país para se fixar em outro.
►e) Refugiada é a pessoa que tem um fundado temor de perseguição em seu país de nacionalidade ou residência.

17 - A respeito da condição jurídica do estrangeiro no Brasil, assinale a alternativa correta.

a) Nos casos de entrada ou estada irregular de estrangeiro, se este não se retirar voluntariamente do território nacional no prazo fixado em Regulamento, será promovida a sua prisão e expulsão.
►b) Quando mais de um Estado requerer a extradição da mesma pessoa pelo mesmo fato, terá preferência o pedido daquele em cujo território o crime foi cometido.
c) A República Federativa do Brasil não extradita os seus nacionais, nem os naturalizados.
d) Conceder-se-á extradição mesmo quando o fato constituir crime político e o extraditando houver de responder, no Estado requerente, perante tribunal ou juízo de exceção.
e) O estrangeiro deportado não poderá retornar ao Brasil, pois é considerado banido.

18 - A soberania é uma característica muito importante no âmbito do Direito Internacional clássico. Sobre essa característica, é correto afirmar:

a) Alguns Estados não são soberanos.
b) A soberania de um Estado permite que sua vontade se sobressaia à vontade de outro.
c) A soberania permite que a Organização das Nações Unidas predomine sobre a legislação dos estados.
►d) A soberania está prevista formalmente na carta da ONU, que prevê o princípio de igualdade soberana dos Estados.
e) A soberania é um atributo do Estado e dos indivíduos.

19 - A Constituição vigente no Brasil foi promulgada em outubro de 1988 e garantiu uma série de direitos à população brasileira. São características da estrutura do Estado expressas na Constituição de 1988, EXCETO:

a) Existência de três poderes independentes: executivo, legislativo e judiciário.
b) Poder legislativo com estrutura bicameral.
►c) Poder executivo organizado em formato parlamentarista.
d) Eleição direta para os cargos dos poderes executivos e legislativos.
e) Membros do poder judiciário escolhidos mediante aprovação em concurso público.

20 - Sobre os elementos da relação jurídica, assinale a alternativa correta:

a) Nem toda relação jurídica é formada por sujeitos ativo e passivo, vínculo e objeto da relação.
b) Sujeito ativo é aquele que deve cumprir a obrigação em favor do outro, prestação essa denominada dever jurídico.
c) Sujeito passivo pode ser classificado como a pessoa que tem o direito subjetivo, ou seja, pode exigir da outra pessoa o cumprimento de uma prestação.
►d) O vínculo pode ser explicado como a ligação entre os sujeitos da relação jurídica, estabelecendo os sujeitos ativos e passivos de cada relação.
e) O objeto da relação jurídica sempre será um bem, de caráter patrimonial, ou seja, deve possuir valor financeiro.

21 - O negócio jurídico pode ser classificado das seguintes maneiras, EXCETO:

a) Quanto ao número de declarantes: unilateral, bilateral e plurilateral.
b) Quanto à onerosidade: gratuitos e onerosos.
c) Quanto à forma: formais/solenes e livres/não formais.
d) Quanto ao momento de produção de efeitos: *inter vivos* e *causa mortis*.
►e) Quanto ao conteúdo: patrimoniais e financeiros.

22 - A ideia de supremacia da constituição decorre de sua origem, alicerçada em um poder instituidor de todos os outros poderes, que constitui os demais; daí sua denominação poder constituinte. As origens da doutrina do poder constituinte remontam à Idade Moderna. A partir do século XVI, surgiram as doutrinas do contrato social, que vieram influenciar a própria noção de Estado, a necessidade da adoção das constituições escritas e o poder envolvendo a elaboração dessas constituições.

Sobre o Poder Constituinte, assinale a alternativa correta.

a) As normas produzidas pelo poder constituinte compõem um texto normativo, localizado em posição de inferioridade, em relação às demais normas do ordenamento jurídico de um país.
b) São características do poder constituinte originário: ser inicial, condicional e revisor.
c) São características do poder constituinte derivado: ser inicial, ilimitado e revisor.
►d) Como fonte limitadora desse poder derivado, o Estado brasileiro reconhece os direitos fundamentais e seus instrumentos de garantia, como forma de impedir sua revisão constitucional.
e) O que se quer vedar ao revisor da constituição é a alteração da redação dos dispositivos referentes aos direitos fundamentais e não sua substância.

23 - Considere os seguintes itens:

1. Direito adquirido.
2. Ato jurídico perfeito.
3. Coisa julgada.

Assinale a alternativa que contempla preceito(s) constitucional(ais) que a lei não prejudicará.

a) 1 apenas.
b) 1 e 2 apenas.
c) 2 e 3 apenas.
d) 1 e 3 apenas.
►e) 1, 2 e 3.

24 - Segundo a Constituição Federal, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a todos a razoável duração do processo e os meios que garantam:

►a) a celeridade de sua tramitação.
b) a procedência da ação.
c) a improcedência da ação
d) a execução.
e) a sanção.

25 - A organização política, com o fim específico e essencial de regulamentar, globalmente, as relações entre membros da população de seu território, denomina-se:

a) República.
b) Administração Pública.
►c) Estado.
d) Governo.
e) Poder Executivo.

26 - Considere o seguinte excerto:

"Nós, os povos das Nações Unidas, resolvidos a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que, por duas vezes no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes de direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla. […] Em vista disso, nossos respectivos Governos, por intermédio de representantes reunidos na cidade de São Francisco, depois de exibirem seus plenos poderes, que foram achados em boa e devida forma, concordaram com a presente Carta das Nações Unidas e estabelecem, por meio dela, uma organização internacional que será conhecida pelo nome de Nações Unidas."

(Preâmbulo da Carta da ONU. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm.)

A criação da Organização das Nações Unidas aconteceu em decorrência do/da:

a) necessidade de uma diplomacia regional durante a Guerra Fria.
b) reivindicação dos países periféricos no início do século XXI.
c) união das potências bélicas mundiais ao final da Primeira Guerra Mundial.
d) enfraquecimento da economia europeia durante a década de 1990.
►e) fracasso da Liga das Nações, após a Segunda Guerra Mundial.

27 - O Conselho de Segurança da ONU pode aprovar deliberações obrigatórias para todos os países-membros, inclusive a de intervenção militar, nos termos da carta da ONU. Ele é composto por quinze membros, sendo dez rotativos e cinco permanentes com poder de veto. A principal explicação para essa desigualdade de poder entre os países que compõem o Conselho está ligada às características da:

►a) geopolítica mundial na época da criação do organismo.
b) parceria militar entre as nações com cadeira cativa no órgão.
c) convergência diplomática dos países com capacidade atômica.
d) influência política das transnacionais no período da globalização.
e) produção de carvão e aço nesses países.

28 - No que diz respeito ao direito à propriedade expresso na Constituição de 1988, é correto afirmar:

a) Os povos indígenas não têm direito à demarcação de suas terras.
b) Os povos quilombolas não têm direito à demarcação de suas terras.
►c) A propriedade privada da terra não é violável, desde que cumpra sua função social.
d) A propriedade urbana não precisa cumprir sua função social.
e) A propriedade não pode ser desapropriada.

29 - A respeito do aumento do número de imigrantes haitianos no Brasil no início da década de 2010, marque a alternativa que contempla a principal combinação de fatores.

►a) Dificuldades socioeconômicas locais – liderança do Brasil na missão de paz da ONU no Haiti.
b) Política governamental brasileira pró-imigração – incentivos das comunidades regionais à chegada de estrangeiros.
c) Necessidade de entrada de mão de obra barata no Brasil – isenção de impostos para imigrantes e refugiados.
d) Proximidade diplomática entre ambos os países – incapacidade burocrática nacional de deportação de imigrantes em situação irregular.
e) Situação econômica favorável no Brasil – incentivos fiscais para empresas que empregam imigrantes em situação irregular.

30 - Considere os seguintes resultados:

1. **Absolvição, quando resta provado que o acusado não é autor do fato típico ou quando sobre ele incide uma ou mais excludentes de culpabilidade ou antijuridicidade; a absolvição libera o absolvido de quaisquer obrigações com o Estado ou com qualquer parte do processo.**
2. **Condenação, quando resta provado que o acusado é autor do fato típico, antijurídico e culpável; a condenação gera, na maior parte das vezes, a aplicação da sanção penal prevista em abstrato para o crime de que o réu foi considerado culpado, além de ensejar a possível responsabilidade civil *ex delicto* do réu para com a vítima.**
3. **Aplicação de medida de segurança, quando se determina que, embora autor da ação ou omissão típica e antijurídica, o réu é inimputável, ou seja, não possuía, no momento do fato, capacidade mental de entender a ilicitude de sua ação ou guiar-se de acordo com este entendimento; para aplicação de medida de segurança entende-se que o réu deve ser considerado perigoso para a sociedade devido ao transtorno mental que o torna inimputável, pelo que se delibera interná-lo em instituição psiquiátrica para tratamento de sua patologia.**
4. **Aplicação de medida educativa, quando o acusado é autor do fato típico e antijurídico, mas, por não ter ainda atingido a idade mínima legal para sujeição à sanção penal (no Brasil, a idade de 18 anos), é submetido a medida educativa (nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente).**

Assinale a alternativa que contém os resultados possíveis do processo penal.

a) 1 e 2 apenas.
b) 1 e 4 apenas.
c) 2 e 3 apenas.
d) 2, 3 e 4 apenas.
►e) 1, 2, 3 e 4.